

Demonstrações financeiras

PCH Fortuna II S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Perfil Corporativo

A PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Fortuna II, situada no município Fortuna II, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Brasal Energia S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%).

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh (Pzero), a partir de janeiro de 2018.

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

A Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

Em 2026, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa. A empresa vem cumprindo com todas as obrigações do Plano de Segurança de Barragem (PSB), conforme estabelecido no Resolução Normativa (REN) nº 1.064, de 2 de maio de 2023, como por exemplo, realização de simulados de emergência com a população local, defesa civil e órgãos municipais, instalação de sirenes e outras ações.

As perspectivas para o exercício de 2026 e futuros são de otimização operacional, com busca de redução de custos e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

Desempenho Operacional

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2023	4,6
2024	4,6
2025	4,6
2026	4,6
2027 a 2047	4,6

Em 2025, o volume de venda no ACR foi de 4,6 MWmédios, o mesmo se comparado a 2024.

Desempenho financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ M)	2025	2024	Varição 2025/2024
Receita Operacional Líquida	13.113	12.514	4,8%
Despesa Operacional (+) Depreciação e amortização	-10.418	-9.670	7,7%
Lucro Bruto	2.695	2.844	-5,2%
Outras Receitas e Despesas	-911	-859	6,1%
Resultado Financeiro	-1.202	-1.080	11,3%
Resultado antes do Imposto	582	905	-35,7%
IR/CSLL	-534	-548	-2,6%
Lucro Líquido	48	357	-86,6%
Margem EBITDA	21%	23%	-9,6%

Em 2025, a PCH Fortuna II teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$ 13.113 milhões, 4,8% acima da realizada em 2024 em decorrência do reajuste anual dos contratos; (ii) despesa com compra de energia de R\$ 2.975, 62% acima de 2024. Tal fato ocorreu devido a novas Funções de Custo Futuro dos modelos NEWAVE e DECOMP para o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) a partir do dia 02/03/2025. (iii) despesa operacional de R\$ 2.503 milhões, 13,5% menor do que o registrado no ano anterior, devido principalmente pelo replanejamento de atividades para 2026; (iv) EBITDA de R\$ 6.975 milhões, 2,3% menor do apurado em 2024 e (v) Lucro Líquido de R\$ 48 mil ante R\$ 357 mil reportado em 2024.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor de R\$ 10,7 milhões em 2025. O saldo da dívida está em R\$ 13,4 milhões, restando 56 parcelas, com conclusão em 2030.

Investimentos

Em 2025, a Companhia reduziu seu volume de investimento com em relação a 2024, totalizando R\$ 297 mil ante os R\$1.487 milhões do ano anterior.

Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A PCH Fortuna II atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implementados ao longo do período de implantação do empreendimento e que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
PCH Fortuna II S.A.
Dores de Guanhães - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Fortuna II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



**Shape the future
with confidence**

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', is written over the printed name.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

PCH Fortuna II S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.102	1.424
Aplicações financeiras e numerários restritos	5	600	1.510
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	1.581	1.510
Outros créditos		207	184
Tributos a Recuperar		273	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.763	4.628
Tributos a recuperar		-	276
Aplicações financeiras e numerários restritos	5	968	993
Depósitos judiciais		166	245
Imobilizado	7	90.399	95.074
Intangível	8	1.175	1.195
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		92.708	97.783
TOTAL DO ATIVO		96.471	102.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	9	1.239	1.137
Financiamentos	10	2.880	2.807
Tributos a recolher		231	225
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.350	4.169
Financiamentos	10	10.559	13.102
Tributos a recolher		572	613
Outros débitos		1.032	1.032
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.163	14.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		73.232	73.232
Reserva legal		669	667
Reserva de retenção de Lucros		6.057	9.596
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.958	83.495
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.471	102.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA LÍQUIDA	12	13.113	12.514
CUSTO DA OPERAÇÃO	13	(10.418)	(9.670)
LUCRO BRUTO		2.695	2.844
DESPESA DA OPERAÇÃO	14	(911)	(859)
Despesas gerais e administrativas		(911)	(859)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.784	1.985
RESULTADO FINANCEIRO	15	(1.202)	(1.080)
Receitas financeiras		390	505
Despesa financeiras		(1.592)	(1.585)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CS		582	905
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(534)	(548)
LUCRO DO EXERCÍCIO		48	357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	48	357
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	48	357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Reserva de lucros retidos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	73.232	650	3.086	9.256	-	86.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	357	357
Reserva legal	-	17	-	-	(17)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(3.086)	-	-	(3.086)
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	-	-	85	-	(85)	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	255	(255)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	73.232	667	85	9.511	-	83.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48	48
Reserva legal	-	2	-	-	(2)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(85)	(3.500)	-	(3.585)
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	-	-	11	-	(11)	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	35	(35)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	73.232	669	11	6.046	-	79.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.597	8.104
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	7.076	7.757
Lucro do exercício	48	357
Provisão para IRPJ e CSLL	534	548
Baixas de ativo imobilizado	-	247
Depreciação do ativo imobilizado	4.931	4.931
Amortização do ativo intangível	58	58
Despesas com juros sobre financiamentos	1.502	1.616
Variações nos ativos e passivos	(476)	347
Tributos a recuperar	3	(1)
Deposito judicial	79	(15)
Concessionárias, permissionárias e clientes	(71)	318
Outros créditos	(23)	(69)
Fornecedores	102	696
Tributos a recolher	(106)	(33)
IRSL/CSLL pagos	(463)	(548)
Outros débitos	-	(1)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	638	23.473
Aquisições de bens de ativo imobilizado e intangível	(297)	(1.487)
Aplicações financeiras líquidas	935	24.960
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	(7.557)	(30.640)
Redução Capital Social	-	(23.266)
Pagamento de juros sobre financiamento	(1.141)	(1.486)
Dividendos distribuídos	(3.585)	(3.104)
Amortização de principal de financiamentos	(2.831)	(2.784)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(322)	937
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.424	487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.102	1.424
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(322)	937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Fortuna II, situada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virgíópolis, estado de Minas Gerais. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da usina é de 9,0 MW.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, inicialmente outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

A Resolução Autorizativa nº 2.903, de 17 de maio de 2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de julho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidade geradoras para até 1º de setembro de 2013 e 1º de outubro de 2013, respectivamente. As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 601 é de 30 anos, com vencimento previsto para dezembro de 2031. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre a extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão.

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), naquilo que não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 3 – Principais políticas contábeis.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.4 Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contratos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 587 (ativos excedentes ao passivo de R\$ 459 em 31 de dezembro de 2024) e reserva de lucros acumulados de R\$ 6.057 (R\$ 9.596 em 31 de dezembro de 2024).

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Avaliações de indicadores e teste de impairment de ativos não financeiros (notas 3.13);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.7.2 e nota 21);

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionado a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2024 e 2025, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.7 Provisões

3.7.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.7.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social do exercício considerando as seguintes taxas e bases:

- **Imposto de renda:** base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- **Contribuição social:** base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Contas bancárias	1.102	1.424
Total	1.102	1.424

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NUMERÁRIOS RESTRITOS

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	600	1.510
Certificados de depósitos bancários (CDB) (i)	600	1.510
Não circulante	968	993
Conta reserva – BNDES (ii)	968	993
Total	1.568	2.503

As aplicações financeiras e numerários restritos são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 92,60% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 98% em 31 de dezembro de 2024.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Comercializadoras	1.581	1.510
Total	1.581	1.510

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a receber de R\$1.581 (R\$1.510 em 31 de dezembro de 2024) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todos os saldos a receber encontravam-se a vencer.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31.12.2025
IMOBILIZADO EM CURSO										
Terrenos		-	-	-	-	-	42	-	-	42
Máquinas e equipamentos		241	-	-	-	241	231	(14)	-	458
Total das Imobilizações em curso		241	-	-	-	241	273	(14)	-	500
SUBTOTAL EM CURSO		241	-	-	-	241	273	(14)	-	500
IMOBILIZADO EM SERVIÇO										
Terrenos	4,06%	2.074	-	-	(103)	1.971	-	-	(103)	1.868
Reservatórios, barragens e adutoras	3,99%	41.632	-	-	(2.062)	39.570	-	-	(2.062)	37.508
Edifícios, Obras civis e benfeitorias	4,01%	27.330	-	-	(1.354)	25.976	-	-	(1.354)	24.622
Máquinas e equipamentos	4,36%	27.533	1.434	(245)	(1.412)	27.310	-	-	(1.415)	25.895
Moveis e utensílios	6,25%	1	7	(2)	-	6	-	-	-	6
Total das Imobilizações em serviço		98.570	1.441	(247)	(4.931)	94.833	-	-	(4.934)	89.899
Total do Imobilizado		98.811	1.441	(247)	(4.931)	95.074	273	(14)	(4.934)	90.399

Em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram movimentações relevantes, mantendo assim, seus procedimentos normais regulamentados pela ANEEL

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Em 2025 não foram evidenciadas condições que sugerem a redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia.

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização a.a.	Saldos em 31.12.2023	Adições	Amortização	Saldos em 31.12.2024	Adições	Amortização	Saldos em 31.12.2025
INTANGÍVEL								
Servidões		32	-	-	32	38	-	70
Total Intangível em curso		32	-	-	32	38	-	70
INTANGÍVEL								
Servidões	4,93%	1.175	46	(58)	1.163	-	(58)	1.105
Total Intangível em serviço		1.175	46	(58)	1.163	-	(58)	1.105
Total do Intangível		1.207	46	(58)	1.195	38	(58)	1.175

9. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia (a)	460	99
Materiais e serviços	481	922
Partes relacionadas (b)	298	116
Total	1.239	1.137

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (b) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas e gastos com mão de obra de pessoal que são arcadas pela Guanhães Energia S.A.

10. FINANCIAMENTOS

Decorre do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor utilizado	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	12.02.2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação do financiamento nos exercícios de 2025 e 2024:

	Circulante						Não Circulante					
	31.12.2025			31.12.2024			31.12.2025			31.12.2024		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Financiamento BNDES	2.355	525	2.880	2.399	408	2.807	8.634	1.925	10.559	11.153	1.949	13.102
Total	2.355	525	2.880	2.399	408	2.807	8.634	1.925	10.559	11.153	1.949	13.102

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2023	16.336	2.227	18.563
Amortização de principal	(2.784)	-	(2.784)
Encargos, juros e correções	-	1.479	1.479
Encargos pagos	-	(1.349)	(1.349)
Saldo em 31.12.2024	13.552	2.357	15.909
Amortização de principal	(2.831)	-	(2.831)
Encargos, juros e correções	-	1.502	1.502
Apropriação de juros ao principal	268	(268)	-
Encargos pagos	-	(1.141)	(1.141)
Saldo em 31.12.2025	10.989	2.450	13.439

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Moeda Nacional			
2025		2024	
2027	2.880	2026	2.784
2028	2.880	2027	2.784
2029	2.880	2028	2.784
Após 2029	1.919	Após 2028	4.750
Total	10.559	Total	13.102

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 17.

Covenants

Os contratos de financiamento com o BNDES firmados pelas PCHs preveem cláusulas restritivas usuais de mercado, incluindo a apuração anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD),

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

com mínimo de 1,3. O eventual não atendimento desse indicador pode implicar restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio acima do mínimo legal, além de outras medidas previstas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado no nível consolidado apresentou-se abaixo do limite estabelecido. Contudo, os índices apurados individualmente por PCH atenderam aos parâmetros contratuais, não caracterizando descumprimento de covenants individualmente, conforme disposto nos respectivos contratos. Nesse sentido, a Companhia solicitou e foi obtido o waiver junto ao BNDES, em 15 de dezembro de 2025, para o referido covenant.

Dessa forma, não houve alteração nas cláusulas contratuais e não houve requerimento de reclassificação das dívidas para o curto prazo em razão de vencimento antecipado.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2024 e 2025.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$73.233 representados por 113.092.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhães Energia, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTA				
Guanhães Energia S.A.	113.092.983	100	113.092.983	100
Total Geral	113.092.983	100	113.092.983	100

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 2.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreu a deliberação para distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.585, pagos ainda no exercício.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, "Lei das S.A.", a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2024, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2024. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

12. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia	13.610	12.988
(-) PIS e COFINS	(497)	(474)
Total	13.113	12.514

As receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado ("ACR"), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

13. CUSTOS OPERACIONAIS

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de Energia elétrica (a)	(2.975)	(1.833)
Materiais	(187)	(308)
Serviço de terceiros	(1.910)	(2.265)
Encargos e taxas	(19)	(25)
Depreciação	(4.931)	(4.931)
Amortização	(10)	(10)
Outros custos	(386)	(298)
Total	(10.418)	(9.670)

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (a) Custo de compra de energia referente à compra bilateral conforme estratégia de comercialização e referente a posição negativa na CCEE, para honrar os compromissos assumidos em contratos.

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e encargos	(394)	(210)
Administrativas	(87)	(142)
Serviço de terceiros	(430)	(507)
Total	(911)	(859)

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	390	504
Outras receitas financeiras	-	1
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	390	505
Despesas financeiras	(5)	(1)
Juros de financiamentos	(1.508)	(1.479)
Outras	(79)	(106)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.592)	(1.585)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.202)	(1.081)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	2024
Suprimento de Energia	13.610	12.988
Receitas financeiras	390	505
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	1.089	1.039
Base de cálculo receitas financeiras	390	505
Total da base IRPJ	1.479	1.544
IRPJ-15%	222	232
Adicional IRPJ- 10%	124	130
Total IRPJ	350	362
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	1.633	1.559
Base de cálculo receitas financeiras	390	505
Total da base CSLL	2.023	2.064
CSLL - 9%	184	186
Imposto de renda e contribuição social	534	548

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

As receitas provenientes da venda de energia elétrica sujeitam-se ao percentual de 8% (oito por cento) para determinação da base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e 12% para base de contribuição social sobre lucro líquido, no regime de lucro presumido, por se classificarem como receitas auferidas na atividade de venda de mercadorias.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro a seguir apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

ATIVO	31.12.2025				31.12.2024	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de Caixa	-	Custo Amortizado	1.102	-	1.424	-
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	1.568	1.568	2.503	2.503
Concessionárias, permissionárias e Clientes	-	Custo Amortizado	1.581	-	1.510	-
Total			4.251	1.568	5.437	2.503
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo Amortizado	1.239	-	1.137	-
Financiamentos	-	Custo Amortizado	13.439	-	15.909	-
Total			14.678	-	17.046	-

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	31.12.2025		31.12.2024	
	R\$	% da Aplicação	R\$	% da Aplicação
CDI	1.568	100%	2.503	100%
TJLP	13.439	-	15.909	-

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2025. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2025).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2025).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Operação	Risco	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		200	150	100
Títulos e valores mobiliários	CDI	200	150	100
PASSIVOS FINANCEIROS		(1.082)	(1.352)	(1.623)
Financiamentos - BNDES	TJLP	(1.082)	(1.352)	(1.623)
TOTAL		(882)	(1.202)	(1.523)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2025)		8,05%	10,06%	12,08%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2025)		12,75%	9,56%	6,38%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 10.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros):

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	720	2.160	10.559	13.439
Fornecedores	1.239	-	-	1.239

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamentos	13.439	15.909
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.102	1.424
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (nota 5)	1.568	2.503
Dívida Líquida (A)	10.769	11.982
Patrimônio Líquido (B)	79.958	83.495
Percentual de capital de terceiros (A ÷ (B+A))	12%	13%

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controle da Companhia:

A Companhia é controlada integralmente pela Guanhães Energia S.A., empresa que é de controle compartilhado entre Brasal Energia S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Parte relacionada	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2025
Contrato Comercialização de Energia Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	4.015	jan/18	dez/47	2.944
Contrato estratégico Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	Set/27	204
Contrato estratégico Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-
Contrato de Uso de Rede de Distribuição Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	1.497	mai/19	mai/26	-

Vínculo Contratual	Vínculo	Ativo		Passivo		Despesa		Receita	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG	-	-	-	-	378	384	-	-
Contrato de serviços de Coordenação e Execução de Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG	-	-	185	-	526	489	-	-
Contrato tem por objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim.	BRASAL PARTICIPAÇÕES	-	-	50	3	145	136	-	-
Contrato de venda de energia	CEMIG	24	22	-	-	-	-	219	208

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2025:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitado a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2025:

Riscos	Data da vigência		Importância segurada	LMI
	De	Até		
Responsabilidade civil e geral	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000
Risco operacional	30/11/2025	30/11/2026	68.899	111.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

20. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2026	4,9
2027	4,9
2028	4,9
2029 a 2047	4,9

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia da Companhia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui contingência ativa e processos judiciais de natureza tributária e cível para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem processos de contingência passiva.
